



# DIÁRIO OFICIAL

## DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO

Ano IX - Nº 2.367 - Edição de Terça-feira, 30 de Setembro de 2025

### PODER EXECUTIVO

**PREFEITO DO MUNICÍPIO**  
JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR

**VICE-PREFEITA DO MUNICÍPIO**  
MARIA GEDALVA SOBRAL ROSA

**SEGOV-Secretaria Municipal de  
Governo e Gestão**  
MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO SANTANA

**SEMPAZ- Secretaria Municipal de Fazenda**  
CLÁUDIO DA HORA PASSOS

**SEMDT- Secretaria Municipal do  
Desenvolvimento Econômico e do Trabalho**  
JOSENITO OLIVEIRA SANTOS

**SEMINFRA- Secretaria Municipal  
de Infraestrutura**  
MATHEUS CARVALHO CONCEIÇÃO

**SEMDS- Secretaria Municipal  
de Defesa Social**  
JOSÉ MOURA NETO

**SEMSURB-Secretaria Municipal de  
Serviços Urbanos**  
GENIVALDO SILVA DOS SANTOS

**SEMMA-Secretaria Municipal do  
Meio Ambiente**  
JANINE MENEZES DE OLIVEIRA

**SEMEL: Secretaria Municipal do  
Esporte e Lazer**  
MARIA APARECIDA SANTOS LISBOA

**PGM-Procuradoria Geral do Município**  
JOSE ROBSON ALMEIDA SANTOS

**CGM-Controladoria Geral do Município**  
MARIA LUCIMARA DOS SANTOS SOUZA

**SEMED-Secretaria Municipal de Educação**  
DEISE MARIA BARROSO

**SMS-Secretaria Municipal de Saúde**  
FERNANDA RODRIGUES DE  
SANTANA GÓES

**SEMAS- Secretaria Municipal de  
Assistência Social**  
LUCIANNE ROCHA LIMA

**SAAE- Serviço Autônomo de  
Água e Esgoto**  
CARLOS ANTONIO SOARES DE MELO

**FUMPAC- Fundação Municipal do  
Patrimônio e da Cultura "João Bebe Água"**  
PAOLA RODRIGUES DE SANTANA

**SEPLAN - Secretario Municipal de  
Planejamento, Orçamento, Tecnologia e  
Inovação**  
ELDRIO CARDOSO DA FRANCA

**SEMAGRI -Secretaria Municipal de  
Agricultura, Aquicultura e Pesca**  
EDMILSON SANTOS BRITO

### EXECUTIVO

**DECRETO Nº 789/2025**  
**De 26 de setembro de 2025**

Consolida, no âmbito da Administração Pública do Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe, o regulamento de contratação simplificada em razão de valor, que dispensa a formalização do instrumento de contrato, para pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, a que se refere o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, Estado de Sergipe,** no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o artigo 53, incisos IV e VI, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão, e tendo em vista o disposto no art.18, §§ 1º, 2º e 3º, e o disposto no art. 22 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo de outras disposições aqui não citadas nominalmente, e considerando o caráter não geral das normas e que, por isso, não vinculam a Administração Pública deste Município,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal a contratação simplificada em razão de valor, que dispensa a formalização do instrumento de contrato, que poderá ser ajustado para a realização de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), conforme dispõe o § 2º do Art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 10 de abril de 2021, com valores atualizados pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

**§ 1º** O valor limite de que trata o caput deste artigo observará, daqui por diante, as atualizações periódicas previstas no art. 182 da Lei nº 14.133/2021, para todos os efeitos.

**§ 2º** Para fins de aferição do valor que atenda o limite do *caput* deste artigo, serão observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade orçamentária;

II - somatório da despesa realizada com objetos que integrem o mesmo subelemento, de acordo com a definição do Tribunal de Contas do Estado.

**§ 3º** Não se aplica o disposto no § 2º às contratações de até R\$ 10.036,10 (dez mil, trinta e seis reais e dez centavos) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluindo o fornecimento de peças.

**Art. 2º** Para efeitos deste Decreto, serão consideradas como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, observado o limite estabelecido no art. 1º, as despesas que não possam subordinar-se ao procedimento normal de licitação, dispensa ou inexistência, sem prejuízo de outros, a exemplos dos seguintes casos:

I - taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas;

II - taxa de inscrição em curso, palestra ou evento que tenham como objetivo a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal, de interesse do Poder Público Municipal, condicionada a expressa autorização do ordenador de despesa;

III - serviços postais, gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves e demais serviços de chaveiro;

IV - aquisição de certificado digital;

V - aquisição e/ou contratação decorrente de inexistência ou insuficiência eventual de material de almoxarifado ou de serviço, e desde que não exista ata de registro de preços ou contrato vigente para o fornecimento do respectivo material ou serviço, desde que não se configure falta de planejamento ou fracionamento da despesa, devendo ser plenamente justificada pelo representante/requerente do setor;

VI - despesas decorrentes de manutenção de veículos de propriedade do Município, incluindo o fornecimento de peças;

VII - aquisição de combustíveis, necessários ao abastecimento quando em trânsito fora da sede do Município;

VIII - outras despesas urgentes ou inadiáveis, desde que justificada a inviabilidade da realização de procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, precedidas de autorização da autoridade competente.

**Parágrafo único.** As despesas realizadas na forma prevista neste Decreto serão precedidas de empenho nas suas respectivas rubricas orçamentária em conformidade com a Lei Federal n. 4320/64 e suas alterações.

**Art. 3º** O processo de realização de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - razão da escolha do fornecedor ou executante;

II - justificativa do preço;

III - justificativa devidamente fundamentada para a aquisição do bem ou dos serviços.

**Parágrafo único.** O valor para cada pequena compra ou para cada prestação de serviço de pronto pagamento está condicionado à disponibilidade orçamentária previamente indicada.

**Art. 4º** As contratações de que tratam esse Decreto não exigem as formalidades da Lei nº 14.133/2021, tais como pareceres, instauração e instrução de processo, prévia publicação, exigência de documentos de habilitação, dentre outros, bastando ser operacionalizada com a abertura do respectivo processo no sistema SEI pela unidade requisitante e via sistema de compras, atendendo à Lei 4.320/64 em relação à Empenho, Liquidação e Pagamento, depois de atendidos os requisitos do art. 3º.

**Art. 5º** Cumprirá à Administração controlar as situações que efetivamente justifiquem as pequenas compras e serviços, observância do limite de valor definido e razoabilidade dos gastos respectivos aos valores praticados no mercado, além de ser realizada apenas em casos excepcionais, devendo ser autorizado pelos titulares das pastas ou por alguém legitimamente designado.

**Art. 6º** A contraprestação aos fornecedores ou aos prestadores de serviço poderá ser feita de forma direta por qualquer meio de pagamento eletrônico admitido no Brasil.

**Parágrafo único.** Com o objetivo de operacionalizar o disposto no *caput* deste artigo, poderá a Secretaria de Fazenda, Orçamento e Planejamento - SEMFOP, ou quem vier a lhe fazer às vezes, bem como aquelas Secretarias com autonomia orçamentária, além das entidades integrantes da Administração Indireta, realizar a abertura de uma conta específica, vinculada a cada unidade orçamentária, para fins de depósito destinados às despesas de prestação de serviços de pessoa física, prestação de serviços de pessoa jurídica e material de consumo, até o limite de que tratar o art. 1º para cada um desses subelementos.

**Art. 7º** É vedado o fracionamento da despesa para adequação aos limites estabelecidos neste Decreto.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições no sentido contrário, em particular o Decreto nº 476/2025.

Município de São Cristóvão, 26 de setembro de 2025, 435º da Fundação da Cidade, 203º da Independência e 136º da República.

**JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR**  
Prefeito Municipal

**MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO SANTANA**  
Secretário Municipal de Governo e Gestão

Sei nº 2025.0002.000000482-5